

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Necropolítica e vulnerabilidade no contexto da pandemia

Cecília Pescatore Alves¹

Suélen Cristina de Miranda²

Diane Portugueis³

O presente texto propõe introduzir o leitor aos artigos produzidos neste dossiê. Não se trata de antecipar as reflexões de cada produção, mas de inseri-las no contexto em que o debate foi pensado e planejado.

Com a pandemia ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), que assola o planeta desde o final de 2019, as transformações cotidianas, sem precedentes, surpreendem a cada dia. O isolamento social, a crise sanitária, as medidas políticas e as decorrências socioeconômicas – como o desemprego e a falta de moradia – intensificaram a crise econômica iniciada no século passado, bem como as mudanças em curso, gerando novas atividades, sentimentos e referências identitárias (ALVES *et al.*, 2021).

¹ Doutora e mestre em Psicologia Social (PUCSP), psicóloga. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), e no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da mesma Universidade. <https://orcid.org/0000-0002-1455-6646>. <http://lattes.cnpq.br/4965343655310954>. cpalves@pucsp.br.

² Doutoranda e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM). cursou extensão universitária em Analista de Recursos Humanos (FGV) e graduação em Psicologia (Mackenzie). Áreas de interesse: Psicologia Social, Identidade, Migração e Empreendedorismo. <https://orcid.org/0000-0003-4146-0006>. <http://lattes.cnpq.br/1122463673971080>. suca_miranda@hotmail.com.

³ Pós-doutoranda bolsista CAPES, doutora e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), graduada em Psicologia (Mackenzie). Integra o corpo docente do curso de Pós-graduação em Suicidologia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). <https://orcid.org/0000-0002-8347-2761>. <http://lattes.cnpq.br/3641556230431708>. dportugueis@gmail.com.

..... Artigo

Diante deste contexto, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM) voltou sua percepção e atividades para compreender as metamorfoses identitárias que este fenômeno estaria possibilitando na população brasileira, já que, diante de uma situação de mudança e imprevisibilidade, as referências identitárias também sofrem metamorfoses. A problematização que se configurou em um primeiro momento, neste contexto, se revelou no questionamento de como essas metamorfoses estavam em curso, sobretudo se atendiam aos parâmetros regulatórios da sociedade e/ou desvelavam os processos de dominação e opressão, possibilitando identificações identitárias na direção da emancipação humana.

Esses objetivos estão traçados no seio da Psicologia Social e da concepção de identidade que orienta os estudos realizados por este grupo de pesquisa (CIAMPA, 1987). Compreende-se identidade enquanto processo de metamorfose, um movimento de transformação constante, de modo que “[...] os fenômenos psicológicos, ao serem tratados como resultado de um processo, viabilizam identificar a constituição social do indivíduo na relação objetividade-subjetividade como um movimento em constante mudança” (ALVES, 2021, p. 18). Esse movimento ocorre na atividade humana, concebida como um encadeamento de ações, em que o indivíduo entra em contato com os outros ao desempenhar papéis sociais (LANE, 1992).

Nessa perspectiva, identidade-metamorfose é um processo de multiplicidades constituídas no entorno do indivíduo, que se apresentam enquanto políticas identitárias, que colonizam e regulam processos adaptativos e/ou possibilitam reinventar o desempenho de papéis sociais impostos coercitivamente. Logo, faz-se necessário pensar a identidade como um problema político fundamental, de modo que os estudos não podem se isentar da construção de projetos éticos políticos, em relação às ciladas envolvidas no uso de concepções tradicionais de diversos campos de conhecimento e, fundamentalmente, dos perigos da reprodução cínica de políticas que segregam e estigmatizam, muitas vezes compreendidas como formas de conhecimento, sejam elas perversas ou de reconhecimento negado.

Iluminada pela sua origem, enquanto categoria de análise da Psicologia Social, que voltava seu olhar para a dinâmica da sociedade capitalista, concebe-se que a identidade, tanto individual quanto coletiva, tem adquirido variadas configurações. Parafraseando Furlan e Alves (2021), podemos afirmar que a identidade, como problema político, está submetida à estruturação de poder da lógica injustamente hierárquica, que exclui determinadas identidades

Artigo

do campo de participação política e faz estruturas de poder que delineiam os lugares sociais, das lutas políticas, bem como atribui o critério hierárquico da distribuição das identidades.

Nesse sentido, a política se constitui enquanto referencial identitário, isto é, como políticas de identidade. Logo, só é possível estudar a identidade coletiva e individual enquanto identidades no processo de formação social, que se dá como metamorfose no movimento histórico, porque concebemos que a identidade é um processo que se constitui ao longo da história do humano, no confronto com o outro, ao desempenhar os papéis sociais, e que estes estão intimamente relacionados com os movimentos da sociedade e as transformações históricas.

Cabe destacar que, na dinâmica cotidiana, o indivíduo está submetido a políticas de identidades que são manifestadas na atividade através das ideologias de grupos, coletividades e instituições. E podem, por um lado, impor uma hegemonia e, por outro, apresentar possibilidades para caminhar na direção de uma identidade em emancipação.

Na medida em que pensamos na emancipação como algo inscrito, ao menos potencialmente, na vida de indivíduos e grupos, na realidade social cotidiana, ela se inscreve na busca e na luta pela superação das condições desfavoráveis [...] envolvendo a predisposição para ação, uma práxis liberadora. Nesses termos, [...] faz mais sentido falar em movimentos emancipatórios e em processos emancipatórios, em ações dotadas de sentido emancipatório (ALMEIDA, 2017, p. 5).

O autor afirma, ainda, que este processo deve ser entendido a partir da elaboração de outros sentidos que possibilitem a superação do vivido, tanto na perspectiva pessoal quanto social, que possam cercear e/ou impor modos coercitivos para a existência humana. Essa proposição epistemológica tem fundamentado a reflexão sobre o momento atual, tornando imprescindível questionar sua característica de anormalidade. Assim, recorreremos a Santos (2020) quando postula acerca da “anormalidade da exceção” (p. 5). Afirma o autor que vivemos em estado de exceção desde a década de 1980, com a imposição de dominação do neoliberalismo no capitalismo e que, portanto, “a pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade, [...] o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anômala” (p. 5).

Argumenta o pensador que a situação é atípica, porque o próprio conceito de crise a coloca como um fenômeno passageiro. Deste modo, quando é fomentada como permanente, está se isentando da possibilidade de superação e se insere como causa, justificando todos os

Artigo

fenômenos sociais e legitimando tanto as desigualdades vividas nas sociedades, como o princípio de acúmulo de capital, em detrimento da depredação do planeta: “por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (SANTOS, 2020, p. 6).

Contudo, Walter Benjamin (1987), que viveu a virada do século XIX e XX, já falava sobre o estado de exceção enquanto regra geral, transmitida pela tradição dos dominadores. Agamben (2008; 2010), por sua vez, também postula sobre o momento contemporâneo como um estado de exceção, cuja política se sustenta sobre a biopolítica – conceito cunhado por Foucault que, segundo Copetti e Wermuth (2020), compreende:

uma forma de manifestação de poder por meio da qual os mecanismos da vida biológica dos seres humanos são incluídos na gestão política de um Estado, passando a ser gerenciados e administrados. A biopolítica tem como foco estabelecer mecanismos de controle que não mais incidirão sobre corpos individuais, mas sobre populações, estabelecendo censuras entre diferentes grupos sociais de acordo com o interesse político almejado (p. 1).

Para Furlan e Alves (2021), a investigação de Agamben busca a correlação entre “biopolítica e estado totalitário”, já que compreende que suas análises são inseparáveis e que o corpo político se constitui no poder soberano. Mbembe (2018) também define a política contemporânea fundamentada na biopolítica, adquirindo forma de necropolítica, à medida em que o poder exerce os limites da soberania sobre os ditames da mortalidade: matar ou deixar viver. Nesse sentido, refletir sobre esse momento histórico vivido pela humanidade levanta o questionamento sobre como, sob a forma de um governo biopolítico, se produziu um campo que abriu espaço para o estado de exceção se tornar regra nesses tempos pandêmicos. Como o poder soberano deu as condições de abertura para a matança, já prevista pela ciência, configura-se um poder que pode matar ou deixar viver, ou seja, que se manifesta sob a forma de necropolítica.

Desde o início do momento pandêmico, no Brasil, são milhares de óbitos e milhões de casos de contaminação por COVID-19, sem contar os milhares não notificados, principalmente no início de 2020, quando a desinformação foi a principal vilã. Diante desse cenário, as pesquisas desenvolvidas pelo NEPIM denunciaram violências e violações de direitos vividas pela sociedade, especialmente na realidade brasileira. Os debates ocorridos no interior do núcleo de pesquisa, voltados para a compreensão do fenômeno vivido, nos revelaram que a



pandemia não só gerou novas questões, como adensou e visibilizou as desigualdades vivenciadas pelo povo brasileiro (ALVES *et al.*, 2021).

Essas reflexões possibilitaram a objetivação de novos caminhos, principalmente a concretização da necessidade de reinventar métodos e didáticas para a construção dos conhecimentos científicos, em função do isolamento social e das derivações sociopolíticas e econômicas. Assim, a interlocução com pesquisadores de outros grupos de pesquisas e/ou de profissionais sensíveis a estas questões se fortaleceu como prioridade em 2020. Por sua vez, tais articulações desencadearam diversas produções, como artigos, boletins, capítulos de livros e a organização de duas coletâneas, com o objetivo de debater temáticas fundamentais para as pesquisas em desenvolvimento, pela relevância e/ou pela atualidade da temática vivida pela população brasileira.

As questões acerca da crise sanitária e econômica continuaram a se manifestar ao longo de 2021, agravadas pelo fascismo à brasileira, escancarado sob a forma de um governo que se sustenta no poder. Assim, o objetivo das atividades no NEPIM se configurou na continuidade do debate acerca das questões sociais e dos desdobramentos da pandemia sobre os processos de constituição da identidade, sobretudo no que tange as condições de existência dos grupos em condições mais vulneráveis. Tal intento norteou a organização de um ciclo de debates, realizado em quatro encontros, visando estabelecer interlocuções com pesquisadores, militantes e estudiosos acerca da realidade vivida. O tema ***“Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia”*** norteou as discussões, com a proposta de evidenciar e denunciar as políticas que geraram as dinâmicas e relações sociais, sobretudo no contexto de desmonte das políticas públicas neste período pandêmico.

A realização deste ciclo de debates gestou a elaboração dos quatro artigos que compõem o dossiê aqui apresentado. O método aplicado para a elaboração deste material concentrou-se na narrativa dos convidados e na reflexão que estas possibilitaram aos autores. Deste modo, as reflexões e argumentos acerca dos temas desenvolvidos se constroem a partir das falas dos convidados, como especialistas em cada discussão, defendendo a necessária reinvenção acadêmica diante das novas determinações pandêmicas.

“Povos indígenas, identidade e sobrevivência de culturas ancestrais no Brasil contemporâneo” é a temática que Mirella Martins Justi e Gustavo Rocha de Moraes desenvolveram, a partir do diálogo ocorrido com o líder indígena Ailton Krenak e com o

Artigo

Cacique Xavante Robson, da aldeia de São Marcos, destacando as adversidades e os enfrentamentos vividos pelas comunidades dos povos originários, sobretudo no momento pandêmico. O artigo se constituiu no formato de entrevista, de modo que, à narrativa dos convidados, se inserem reflexões significativas acerca da identidade de povos que lutam pelo seu reconhecimento, mas, sobretudo, pela sobrevivência de toda a humanidade, já que nos discursos se evidencia, com total clareza, que a concepção de sobrevivência está cindida com a do planeta.

Na sequência, o enfoque se voltou para a temática da educação, no intento de analisar como este fenômeno tem oferecido referências identitárias às crianças e jovens, pela compreensão de que a realidade brasileira se caracteriza pelas desigualdades em vários aspectos e que, na educação, essas desigualdades, além de gritantes, são também banalizadas através da ideologia da meritocracia. A interlocução estabelecida com o professor Dennis de Oliveira e com a professora Maria da Glória Calado ensejaram a produção intitulada “*A educação brasileira e a população negra no momento pandêmico: desafios emancipatórios ou regulatórios*”, pelos autores Claudio Ramos de Souza dos Santos, Felipe Corrêa dos Santos e Bruno Yoshio Hara. A grande questão debatida acerca da educação brasileira e a população negra no momento pandêmico reporta-se aos desafios emancipatórios e regulatórios, constituidores do processo identitário do aluno, de modo a criar colocações e provocações, com o objetivo de fundamentar a continuidade da luta por uma sociedade em que o acesso à educação não seja obstruído e impossibilitado pelo racismo.

Dando sequência aos processos reflexivos sobre a temática condutora desta proposta, fez-se fundamental uma discussão ampla a partir de vivências e trabalhos com mulheres em vulnerabilidade social. A interlocução com as profissionais e integrantes de coletivos Givânia Silva, Fe Maidel e Renata Alves da Costa – cujas narrativas desvelaram situações de mulheres com diferentes acessos à vida coletiva, identidades projetadas e ideologias defendidas no contexto pandêmico, tendo em vista os atravessamentos da atual conjuntura sociopolítica brasileira – possibilitou Fiori Simões de Freitas, Vanessa Meirelles e Melissa Ágda da Silva a autoria do artigo intitulado “*Violência da mulher no Brasil 2021*”. A produção discute a necessidade de realização de ações mobilizadoras e parcerias que auxiliem as mulheres que vivem em vulnerabilidade no enfrentamento dos desafios circunscritos pelas condições

Artigo

específicas oferecidas pela realidade brasileira e agravadas pelas crises sanitária, econômica e política.

Encerrando o dossiê, Diane Portuguez, Suelen Cristina de Miranda e Clara Scaldelai do Nascimento elaboram a reflexão intitulada “*Atualidade pandêmica e as particularidades da condição migrante: um debate sobre o direito a ter direitos*”, a partir das narrativas de três profissionais e pesquisadoras envolvidas com a temática migratória: Fernanda Paraguassu, Giuliana Redin e Júlia Bartsch. Entendendo que esse é um tema mundial, mas que nos afeta de modo particular, por ter sido banalizado e ocultado, de modo a possibilitar a escassez de políticas públicas que acolham essa população, busca-se contribuir com a ampliação do entendimento da singularidade do ser/estar migrante e das particularidades que envolvem os atravessamentos da atualidade sociopolítica brasileira.

Finalizamos essa apresentação reafirmando que não podemos nos calar diante da realidade fascista em que vivemos e que, estarecidos, podemos ver se manifestando cotidianamente através de pautas antidemocráticas, exercidas por um poder soberano sob a forma de necropolítica. Afinal, “se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia” (MELO NETO, 2010, p. 74-75).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: arquivo e testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e Emancipação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 29, e170998, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>. Acesso em: 17 ago. 2022.

ALVES, Cecília Pescatore. Sintagma identidade-metamorfose-emancipação. In: ALVES, Cecília Pescatore *et al.* (org.). **Metamorfoses do mundo contemporâneo**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2021. p. 13-42.

Artigo

ALVES, Cecília Pescatore *et al.* Apresentação. *In:* ALVES, Cecília Pescatore *et al.* (org.). **Identidade, metamorfose e emancipação diante da COVID-19**. 1. ed. São Paulo: Amavisse, 2021. p. 11-34.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *In:* BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (texto originalmente publicado em 1965).

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COPETTI, Dhyani Colpo; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise a partir do sistema prisional brasileiro. **Salão do Conhecimento UNIJUÍ**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/17848>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FURLAN, Vinícius; ALVES, Cecília Pescatore. Biopolítica e fascismo a brasileira em tempos de pandemia. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 409-420, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2022.

LANE, Silvia T. Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. *In:* LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 10-19.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Edições- n 1, 2018.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas**. *E-book*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. *E-book*. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

Recebido em: 23/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.